



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM TREZE SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.- CEMAT**, companhia aberta com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, à Rua Manoel dos Santos Coimbra n.º 184, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.467.321/0001-99 e sob o NIRE n.º 51.300.001.179, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão pública de debêntures da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**"),

(b) **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 717, 6º e 10º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001.86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("**Agente Fiduciário**");

e, na qualidade de interveniente garantidor,

(c) **REDE ENERGIA S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 2.439 – 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.584.140/0001-49, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Garantidora**");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Treze Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT" (respectivamente, "**Escritura de Emissão**", "**Emissão**" e "**Debêntures**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 22 de abril de 2010 ("**AGE**"), na

[Handwritten signature]



qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

1.2. A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) pela Garantidora nos termos do item 4.16.1. desta Escritura de Emissão foi devidamente autorizada pelo Conselho de Administração da Garantidora, em reunião realizada em 05 de abril de 2010, cuja ata será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("**Instrução CVM 476**") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso ("**JUCEMAT**") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Estado do Mato Grosso; (ii) no jornal "A Gazeta de Cuiabá"; e (iii) no jornal "Valor Econômico", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCEMAT, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança

Em virtude da Fiança a que se refere o item 4.16.1 desta Escritura de Emissão, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 10 (dez) dias úteis a contar do registro da presente Escritura de Emissão



na JUCEMAT. Uma via original da presente Escritura de Emissão, devidamente registrada na JUCEMAT e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias após último registro realizado.

2.5. Registro para Colocação

2.5.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("**SDT**"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("**SND**"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("**CETIP**"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido).

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Série

A Emissão será realizada em 13 (treze) Séries (cada uma, uma "**Série**" e, em conjunto, "**Séries**"), observando-se o disposto no §3º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, que veda a negociação de nova Série de uma mesma Emissão antes de colocadas todas as debêntures da Série anterior ou cancelado o saldo não colocado.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("**Valor Total da Emissão**"), conforme a seguir:

- (i) O valor das Debêntures da 1ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (ii) O valor das Debêntures da 2ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais);
- (iii) O valor das Debêntures da 3ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





- (iv) O valor das Debêntures da 4ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (v) O valor das Debêntures da 5ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (vi) O valor das Debêntures da 6ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (vii) O valor das Debêntures da 7ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (viii) O valor das Debêntures da 8ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (ix) O valor das Debêntures da 9ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (x) O valor das Debêntures da 10ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (xi) O valor das Debêntures da 11ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (xii) O valor das Debêntures da 12ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);
- (xiii) O valor das Debêntures da 13ª Série, conforme abaixo definido, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

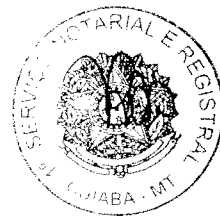
3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 250 (duzentas e cinquenta) Debêntures, as quais serão divididas entre as Séries da seguinte forma:

- (i) 100 (cem) Debêntures na 1ª Série ("**Debêntures da 1ª Série**");
- (ii) 18 (dezoito) Debêntures na 2ª Série ("**Debêntures da 2ª Série**");
- (iii) 12 (doze) Debêntures na 3ª Série ("**Debêntures da 3ª Série**");

[Handwritten signatures and stamps]





- (iv) 12 (doze) Debêntures na 4ª Série ("**Debêntures da 4ª Série**");
- (v) 12 (doze) Debêntures na 5ª Série ("**Debêntures da 5ª Série**");
- (vi) 12 (doze) Debêntures na 6ª Série ("**Debêntures da 6ª Série**");
- (vii) 12 (doze) Debêntures na 7ª Série ("**Debêntures da 7ª Série**");
- (viii) 12 (doze) Debêntures na 8ª Série ("**Debêntures da 8ª Série**");
- (ix) 12 (doze) Debêntures na 9ª Série ("**Debêntures da 9ª Série**");
- (x) 12 (doze) Debêntures na 10ª Série ("**Debêntures da 10ª Série**");
- (xi) 12 (doze) Debêntures na 11ª Série ("**Debêntures da 11ª Série**");
- (xii) 12 (doze) Debêntures na 12ª Série ("**Debêntures da 12ª Série**"); e
- (xiii) 12 (doze) Debêntures na 13ª Série ("**Debêntures da 13ª Série**", que, quando em conjunto com as Debêntures da 1ª a 12ª Séries, serão denominadas "**Debêntures**" e quando em conjunto com as Debêntures da 2ª a 12ª Séries serão denominadas de "**Debêntures das Séries IPCA**");

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão terão a seguinte destinação: (i) aproximadamente 12,0% (doze por cento) do Valor Total da Oferta para reforço do capital de giro; (ii) aproximadamente 68,0% (sessenta e oito por cento) do Valor Total da Oferta para refinanciamento de obrigações financeiras, sendo que será priorizado o refinanciamento de dívidas com prazos de vencimento mais curtos, ou com custo financeiro superior aos da dívida representada pelas Debêntures; e (iii) aproximadamente 20,0% (vinte por cento) do Valor Total da Oferta para investimentos da Emissora, realizados no curso normal de seus negócios, representados pela participação financeira da Emissora em programas de investimentos parcialmente financiados por fontes oficiais e/ou para fazer frente a parte do programa de investimentos a serem realizados com recursos próprios.

3.5. Limite da Emissão

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





3.5.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações para as emissões de debêntures da espécie com garantia real, uma vez que: (i) nos termos do item 4.16.2 abaixo, as Debêntures são garantidas pela Cessão Fiduciária dos Créditos Cedidos (conforme definidos no item 4.16.2 abaixo), cujo valor total estimado equivale a R\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais) ("**Valor Total Estimado da Cessão**"); e (ii) o Valor Total da Emissão é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), que é menor que 80% (oitenta por cento) do Valor Total Estimado da Cessão.

3.5.2. A tabela baixo resume o cálculo descrito no item 3.5.1. acima:

Verificação dos Limites da Emissão	R\$ (mil) (exceto percentual)
Valor Total da Emissão ("VTE")	250.000.000,00
Valor Total Estimado da Cessão ("VTC"):	375.000.000,00
(VTE/VTC) • 100 =	66,7, %

3.5.3. O Agente Fiduciário confirma ter verificado o atendimento dos limites previstos no artigo 60, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações, na forma descrita acima.

3.5.4. O Agente Fiduciário deverá, anualmente, em até 15 (quinze) dias contados da data de publicação das demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social imediatamente anterior, a verificar se os limites previstos no artigo 60, §1º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações continuam a ser atendidos.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriurador

O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("**Banco Mandatário**" e "**Agente Escriurador**").

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de serem

B. J. 8
lg





descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Oferta Restrita**" e "**Coordenador Líder**", respectivamente).

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("**Plano de Distribuição**"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido).

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de abril de 2010 ("**Data de Emissão**").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("**Valor Nominal Unitário**").

[Handwritten signatures and stamps]

REDE JURÍDICO

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será objeto de atualização ou correção por qualquer índice.

4.3.3. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Séries IPCA, (conforme definido no item 4.9.4. abaixo) conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("**Atualização das Debêntures das Séries IPCA**"), sendo o produto da Atualização das Debêntures das Séries IPCA automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário e, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos do item 4.8. abaixo, ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Séries IPCA, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Séries IPCA, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Séries IPCA, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures das Séries IPCA. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures das Séries IPCA e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

[Handwritten signatures and initials]



dut = número de dias úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures das Séries IPCA, sendo "dut" um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

Caso, se até a data de aniversário, NIK não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("**ANDIMA**") ("**Número-Índice Projetado**" e "**Projeção**") da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NIkp: Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção: variação percentual projetada pela ANDIMA referente ao mês de atualização.

[Handwritten signatures and stamps]

REDE JURÍDICO



(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas das Séries IPCA quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 90 (noventa) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("**Período de Ausência do IPCA**") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléias Gerais de Debenturistas de cada uma das Séries IPCA (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (Taxa Substitutiva). As Assembléias Gerais de Debenturistas de cada uma das Séries IPCA serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização das Assembléias Gerais de Debenturistas mencionadas acima, referidas assembléias não serão mais realizadas, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização das Debêntures das Séries IPCA.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização das Debêntures das Séries IPCA entre a Emissora e os Debenturistas titulares de Debêntures de cada uma das Séries IPCA representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries IPCA, conforme definido no item 7.6., a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures das Séries IPCA em circulação ou, caso os Debenturistas de uma ou mais Séries IPCA tenham concordado com um novo índice, exclusivamente as Debêntures em circulação das Séries IPCA com as quais não se tenha chegado a um acordo sobre o novo índice, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ou em prazo a ser definido pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Séries IPCA acrescido da

RJ.
Ej



Atualização das Debêntures das Séries IPCA e Remuneração das Debêntures das Séries IPCA devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures das Séries IPCA, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização das Debêntures das Séries IPCA, será utilizada para o cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela, simples, e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas no SND – Módulo Nacional de Debêntures o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme item 4.16 abaixo.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização






4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido, para as Debêntures das Séries IPCA, da Atualização das Debêntures das Séries IPCA e, para todas as Debêntures, da Remuneração (conforme abaixo definido) incidente entre a Data de Emissão e a data da efetiva integralização (para cada Série, "**Preço de Subscrição**").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, exclusivamente.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures de cada uma das Séries terão as seguintes datas de vencimento (cada uma, uma "**Data de Vencimento**"):

(a) as Debêntures da 1ª Série vencerão em 15 de abril de 2014;



- (b) as Debêntures da 2ª Série vencerão em 15 de abril de 2014;
- (c) as Debêntures da 3ª Série vencerão em 15 de maio de 2013;
- (d) as Debêntures da 4ª Série vencerão em 15 de junho de 2013;
- (e) as Debêntures da 5ª Série vencerão em 15 de julho de 2013;
- (f) as Debêntures da 6ª Série vencerão em 15 de agosto de 2013;
- (g) as Debêntures da 7ª Série vencerão em 15 de setembro de 2013;
- (h) as Debêntures da 8ª Série vencerão em 15 de outubro de 2013;
- (i) as Debêntures da 9ª Série vencerão em 15 de novembro de 2013;
- (j) as Debêntures da 10ª Série vencerão em 15 de dezembro de 2013;
- (k) as Debêntures da 11ª Série vencerão em 15 de janeiro de 2014;
- (l) as Debêntures da 12ª Série vencerão em 15 de fevereiro de 2014; e
- (m) as Debêntures da 13ª Série vencerão em 15 de março de 2014.

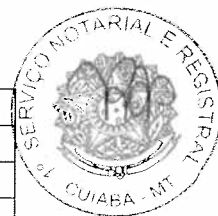
4.8. Amortização

A amortização das Debêntures será realizada da seguinte forma:

- (a) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado mensalmente, a partir do sétimo mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15/11/2010, e os pagamentos subsequentes devidos conforme indicado na tabela a seguir (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série**"):

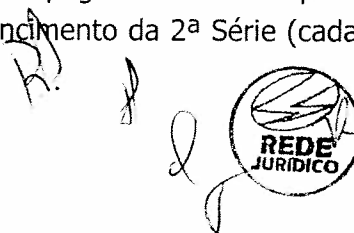
Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture (em R\$)
1	15/11/2010	2,3809%	23.809,00
2	15/12/2010	2,3809%	23.809,00





3	15/01/2011	2,3809%	23.809,00
4	15/02/2011	2,3809%	23.809,00
5	15/03/2011	2,3809%	23.809,00
6	15/04/2011	2,3809%	23.809,00
7	15/05/2011	2,3809%	23.809,00
8	15/06/2011	2,3809%	23.809,00
9	15/07/2011	2,3809%	23.809,00
10	15/08/2011	2,3809%	23.809,00
11	15/09/2011	2,3809%	23.809,00
12	15/10/2011	2,3809%	23.809,00
13	15/11/2011	2,3809%	23.809,00
14	15/12/2011	2,3809%	23.809,00
15	15/01/2012	2,3809%	23.809,00
16	15/02/2012	2,3809%	23.809,00
17	15/03/2012	2,3809%	23.809,00
18	15/04/2012	2,3809%	23.809,00
19	15/05/2012	2,3809%	23.809,00
20	15/06/2012	2,3809%	23.809,00
21	15/07/2012	2,3809%	23.809,00
22	15/08/2012	2,3809%	23.809,00
23	15/09/2012	2,3809%	23.809,00
24	15/10/2012	2,3809%	23.809,00
25	15/11/2012	2,3809%	23.809,00
26	15/12/2012	2,3809%	23.809,00
27	15/01/2013	2,3809%	23.809,00
28	15/02/2013	2,3809%	23.809,00
29	15/03/2013	2,3809%	23.809,00
30	15/04/2013	2,3809%	23.809,00
31	15/05/2013	2,3809%	23.809,00
32	15/06/2013	2,3809%	23.809,00
33	15/07/2013	2,3809%	23.809,00
34	15/08/2013	2,3809%	23.809,00
35	15/09/2013	2,3809%	23.809,00
36	15/10/2013	2,3809%	23.809,00
37	15/11/2013	2,3809%	23.809,00
38	15/12/2013	2,3809%	23.809,00
39	15/01/2014	2,3809%	23.809,00
40	15/02/2014	2,3809%	23.809,00
41	15/03/2014	2,3809%	23.809,00
42	15/04/2014	2,3831%	23.831,00
		100,000000%	1.000.000,00

- (b) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado anualmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de abril de cada ano, até a Data de Vencimento da 2ª Série (cada uma,





uma "**Data de Amortização das Debêntures da 2ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 2ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/04/2011	25,00%	250.000,00
2	15/04/2012	25,00%	250.000,00
3	15/04/2013	25,00%	250.000,00
4	15/04/2014	25,00%	250.000,00
		100,00%	1.000.000,00

- (c) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado anualmente, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de maio de cada ano, até a Data de Vencimento da 3ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 3ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 3ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/05/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/05/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/05/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (d) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série será amortizado anualmente, a partir do 14º (décimo quatro) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de junho de cada ano, até a Data de Vencimento da 4ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 4ª Série**"). Cada parcela de





amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 4ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/06/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/06/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/06/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (e) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 5ª Série será amortizado anualmente, a partir do 15º (décimo quinto) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de julho de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de julho de cada ano, até a Data de Vencimento da 5ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 5ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 5ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/07/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/07/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/07/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (f) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 6ª Série será amortizado anualmente, a partir do 16º (décimo sexto) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de agosto de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de agosto de cada ano, até a Data de Vencimento da 6ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 6ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 6ª Série.

Handwritten signature and initials.





Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/08/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/08/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/08/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (g) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 7ª Série será amortizado anualmente, a partir do 17º (décimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de setembro de cada ano, até a Data de Vencimento da 7ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 7ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 7ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/09/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/09/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/09/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (h) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 8ª Série será amortizado anualmente, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da 8ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 8ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 8ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Va-	Valor amortizado por Debênture sem
---------	---------------------	------------------------------	------------------------------------





		lor Nominal Unitário	considerar atuali- zação monetária (em R\$)
1	15/10/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/10/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/10/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

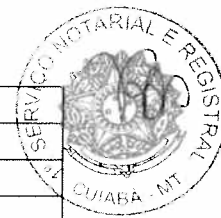
- (i) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 9ª Série será amortizado anualmente, a partir do 19º (décimo nono) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de novembro de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de novembro de cada ano, até a Data de Vencimento da 9ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 9ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 9ª Série.

Parcela	Data de Amortiza- ção	Percentual Amortizado do Va- lor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atuali- zação monetária (em R\$)
1	15/11/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/11/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/11/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (j) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 10ª Série será amortizado anualmente, a partir do 20º (vigésimo) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2011, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento da 10ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 10ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 10ª Série.

Parcela	Data de Amortiza- ção	Percentual Amortizado do Va- lor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atuali- zação monetária (em R\$)
----------------	----------------------------------	--	---





1	15/12/2011	33,3333%	333.333,00
2	15/12/2012	33,3333%	333.333,00
3	15/12/2013	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (k) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 11ª Série será amortizado anualmente, a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2012, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de janeiro de cada ano, até a Data de Vencimento da 11ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 11ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 11ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/01/2012	33,3333%	333.333,00
2	15/01/2013	33,3333%	333.333,00
3	15/01/2014	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

- (l) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 12ª Série será amortizado anualmente, a partir do 22º (vigésimo segundo) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2012, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de fevereiro de cada ano, até a Data de Vencimento da 12ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 12ª Série**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 12ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/02/2012	33,3333%	333.333,00
2	15/02/2013	33,3333%	333.333,00
3	15/02/2014	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00



- (m) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 13ª Série será amortizado anualmente, a partir do 23º (vigésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2012, e os pagamentos subsequentes no dia 15 do mês de março de cada ano, até a Data de Vencimento da 13ª Série (cada uma, uma "**Data de Amortização das Debêntures da 13ª Série**") e, quando referida em conjunto com as Datas de Amortização das Debêntures da 2ª a 12ª Série, "**Data de Amortização das Debêntures das Séries IPCA**"). Cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário será acrescida da respectiva Atualização das Debêntures das Séries IPCA, calculada na forma do item 4.3.3., desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Amortização das Debêntures da 13ª Série.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Valor amortizado por Debênture sem considerar atualização monetária (em R\$)
1	15/03/2012	33,3333%	333.333,00
2	15/03/2013	33,3333%	333.333,00
3	15/03/2014	33,3334%	333.334,00
		100,0000%	1.000.000,00

4.9. Remuneração

4.9.1. **Remuneração das Debêntures da 1ª Série.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("**Taxa DI**"), capitalizada de uma sobretaxa de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis ("**Acréscimo sobre a Taxa DI**"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série, nos termos do item 4.8. acima, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.9.3., de acordo com a fórmula abaixo ("**Remuneração das Debêntures da 1ª Série**") e assim sucessivamente após cada data de amortização.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

O cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Circular stamp: REDE JURÍDICO]

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

- J valor da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI produtivo das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

- k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
- n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDIk Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DIk Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a Data Atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDIk a divulgada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série.





4.9.1.1. *Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 1ª Série da Taxa DI, ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("**Taxa Selic**").

Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula Sétima desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série a ser aplicado.

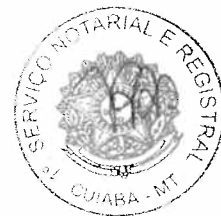
Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas titulares de Debêntures da 1ª Série representando no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo a ser definido pelos Debenturistas representando no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, será utilizada a fórmula do item 4.9.1 sendo que a taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última taxa DI disponível.

4.9.2. **Remuneração das Debêntures das Séries IPCA.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures das Séries IPCA da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios ("**Remuneração das Debêntures das Séries IPCA**"), equivalentes a 9,15% (nove inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, após a primeira Data de Amortização das Debêntures das Séries IPCA, nos termos do item 4.8. acima, sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Séries IPCA, atualizado conforme a item 4.3.3 acima, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.9.3., calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis ("**Remuneração das Debêntures das Séries IPCA**" e, em conjunto com a **Remuneração das Debêntures da 1ª Série, "Remuneração"**).

M.

J.





O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures das Séries IPCA ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures das Séries IP-CA, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- taxa taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- DP É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a Data Atual.

4.9.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "**Período de Capitalização**" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.4. Define-se "**Saldo do Valor Nominal Unitário**" ou "**Saldo do Valor Nominal Unitários das Debêntures da 1ª Série**" ou "**Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Séries IPCA**", como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas no item 4.8., conforme o caso.





4.9.5. A Remuneração será paga para as Debêntures de cada uma das Séries da seguinte forma:

- (a) A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga mensalmente, desde a Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2010, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses subsequentes, até a Data de Vencimento da 1ª Série (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série**"); e
- (b) A Remuneração das Debêntures das Séries IPCA será paga anualmente, nas mesmas Datas de Amortização das Debêntures das Séries IPCA, conforme aplicável a cada uma das Séries, até a Data de Vencimento das respectivas Séries (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures das Séries IPCA**" e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**").

4.9.5.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário, posteriormente arquivados na JUCEMAT e registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.12. Oferta de Resgate Antecipado

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembléia Geral Extraordinária, oferta de resgate antecipado das Debêntures ou das Debêntures de uma das Séries, endereçada a todos os Debenturistas ou aos Debenturistas da respectiva Série, sendo assegurado a todos os Debenturistas a quem a oferta seja endereçada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("**Oferta de**

[Handwritten signatures and stamps]

REDE JURÍDICO



Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.19. desta Escritura de Emissão ou enviado a cada um dos Debenturistas ("**Editais de Oferta de Resgate Antecipado**"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou das Debêntures de uma das Séries ou se a mesma será parcial para os títulos de uma mesma série e, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o item (e) abaixo; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures ou das Debêntures da Série respectiva e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas;
- (b) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, fora do âmbito da CETIP. Ao final deste prazo, a Emissora terá 10 (dez) dias úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data;
- (c) a Emissora, poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (d) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Atualização das Debêntures das Séries IPCA, para as Debêntures das Séries IPCA; (ii) da Remuneração devida até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.9. desta Escritura de Emissão; e (iii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora; e
- (e) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures de quaisquer das séries e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que o número ao qual a referida oferta foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em edital. Os Debenturistas sorteados serão comunicados

R.
P.
REDE JURÍDICO



com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre o resultado da Oferta de Resgate Antecipado.

4.12.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12.3. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente Escriturador, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de realização do resgate.

4.12.4. No caso de resgate parcial antecipado das Debêntures, para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização do resgate antecipado será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, esta será aplicável ao resgate não havendo a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.5 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um "**Evento de Vencimento Antecipado**"):

- (a) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora, desde que tal ato afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à Emissão e às Debêntures;





- (b) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (c) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Emissora, salvo se por determinação legal;
- (d) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, e, caso seja possível, que a Emissora ou a Garantidora não tomem as medidas necessárias para que o objeto de tal declaração torne-se verdadeira, em até 30 (trinta) dias contados da data em que referida comprovação seja recebida pela Emissora ao Agente Fiduciário;
- (e) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333, I e III e 1.425, I, II e IV do Código Civil, precedidas sempre de notificação à Emissora;
- (f) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (g) alteração ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se houver prévia anuência dos Debenturistas, em Assembleia Geral especialmente convocada para esta deliberação;
- (h) Emissora ou Garantidora sofram protesto em valor individual ou agregado, ou sejam negativadas em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens;





- (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável;
- (j) descumprimento pela Emissora ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, previstas nesta Escritura de Emissão ou ao Contrato de Cessão Fiduciária, não sanada em 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (k) descumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (l) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
- (m) vencimento antecipado das Debêntures de uma ou mais Séries da Segunda Emissão da Emissora;
- (n) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais as subsidiárias da Garantidora sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida consolidada da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da Garantidora;
- (o) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados com base nas informações financeiras da Emissora, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

R.

J

q





	Índice
Dívida Líquida /EBITDA	Inferior a 3,25
EBITDA /Resultado Financeiro	Superior a 2,00

Sendo:

"EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), significa o resultado da Emissora antes de juros, tributos, amortização, depreciação e resultado não operacional ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

"Resultado Financeiro", significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Emissora ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1".

"Dívida Líquida" na data de apuração do índice, o somatório: (1) dos saldos das dívidas onerosas consolidadas da CEMAT junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo, mas não limitado a mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional excluindo o valor de dívidas contraídas para investimento com obrigatoriedade governamental, tais como, mas não limitadamente, aquelas contraídas para o Programa Luz para Todos ("LPT") e obrigações referente a parcelamento de impostos e taxas; menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e créditos de CCC a receber, vinculados a dívida.

4.13.1.2. As referências a "controle" encontradas no item 4.13.1 e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.1.3. Os valores mencionados nas alíneas (h) e (i) do item acima não serão reajustados por qualquer índice ou taxa.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (e), (f), (i), (m) e (j) do item 4.13.1 acima acarretará, observado os respectivos prazos de cura, o vencimento antecipado automático das Debêntures independentemente de qualquer notificação. Não obstante, o Agente Fiduciário deverá publicar convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que se verificar a ocorrência dos eventos supra mencionados, observado os respectivos prazos de cura, na qual o Debenturistas de cada uma das Séries poderão deliberar sobre a renúncia ao vencimento antecipado automático, cessando, neste caso, quaisquer providências de cobrança extraordinária da dívida representada pelas Debêntures, bem como todas as suas conseqüências legais.





4.13.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (d), (g), (h), (k), (l), (n) e (o) do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.13.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionadas nos item 4.13.2 e 4.13.3. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas de cada uma das Séries poderão optar, em votação em separado e por deliberação de Debenturistas que representem a maioria simples Debêntures em Circulação de cada uma das Séries presentes na Assembleia Geral dos Debenturistas, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cessar os efeitos do vencimento antecipado eventualmente já declarado. A decisão da Assembleia de Debenturistas de uma das Séries é independente e não vincula as outras Séries. O vencimento antecipado de uma das Séries implicará o vencimento antecipado automático das demais Séries, nos termos do item 4.13.1. (m) acima.

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.13.5.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.13.5. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração, conforme definida no item 4.9 acima, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a

R. J.





multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) ~~a~~ **juros** moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data

4.16. Garantias

O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido, exclusivamente para as Debêntures das Séries IPCA, da Atualização das Debêntures das Séries IPCA, e para todas as Debêntures da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("**Valor Garantido**") é garantido na forma disposta neste item.

4.16.1. Fiança da Garantidora

4.16.1.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora, neste ato, presta fiança em favor dos Debenturistas ("**Fiança**"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento do Valor Garantido, nos termos descritos a seguir.

4.16.1.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do Valor Garantido.

4.16.1.3. O Valor Garantido deverá ser pago pela Garantidora no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, ou ainda àquelas devidas ao Agente Fiduciário. O pagamento será realizado pela Garantidora fora do sistema da CETIP.





4.16.1.4. A Garantidor expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**").

4.16.1.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 4.16.1.

4.16.1.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.16.1.7. A Fiança de que trata esta Cláusula foi devidamente aprovada nos termos do Estatuto Social da Garantidora, conforme item 1.2. acima.

4.16.1.8. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.16.1.9. A Fiança prestada nos termos deste item 4.16.1 vincula a Garantidora, bem como seu sucessor a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com a Garantidora, devendo estas, ou seus sucessores, a qualquer título, assumir prontamente a Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão. Nesta hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da(s) sociedade(s) sucessora(s) da(s) Garantidora(s).

4.16.2. Cessão Fiduciária

4.16.2.1. Como condição à realização da Oferta Restrita, a Emissora cedeu fiduciariamente ("**Cessão Fiduciária**"), por meio de um Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado em 22 de abril de 2010, entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Bradesco S.A. ("**Contrato de Cessão Fiduciária**"), em garantia dos pagamentos do Valor Garantido, em nome do Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, os: (i) direitos de crédito oriundos do fornecimento futuro de energia elétrica pela Emissora aos Consumidores em montante equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor devido pela Emissora aos titulares das Debêntures em cada data de pagamento a título de Remuneração e amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitado a 7,34% (sete inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) da receita operacional líquida da Emissora, sendo certo que, em caso de excussão, somente serão retidos para pagamento do Valor Garantido recursos em montante correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor total devido pela Emissora aos Debenturistas em cada uma das Datas de Pagamento da Remuneração e datas de amortização, somado a eventuais despesas de excussão; e (ii) todos os direitos,





atuais ou futuros, decorrentes dos valores transferidos ou que venham a ser transferidos para a Conta Corrente n.º 70.180-7, na Agência 2372 do Banco Bradesco S.A., de titularidade da Emissora ("**Conta Vinculada**"), e aos montantes nela depositados ou a serem depositados, inclusive suas eventuais, aplicações financeiras e os proventos oriundos de tais aplicações financeiras, em decorrência da cobrança dos Direitos Creditórios, independentemente de onde se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("**Direitos da Conta Vinculada**") e, em conjunto com os Direitos de Crédito, "**Crédito Cedidos**").

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Companhia, se for o caso.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no (i) Diário Oficial do Estado do Estado do Mato Grosso; (ii) no jornal "A Gazeta de Cuiabá"; e (iii) no jornal "Valor Econômico", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

4.20. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

[Handwritten initials]





Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item 4.13.1 (o) desta Escritura;
- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item 4.13.1 (o) desta Escritura, para cada trimestre;
- (iii) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
- (iv) confirmar, quando solicitado, por meio de declaração firmada pelo Diretor de Relações com Investidores, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (v) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), conforme aplicáveis a Emissora, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima, caso não estejam disponíveis na CVM;





- (vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 7 dezembro de 2009 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, caso não estejam disponíveis na CVM; e
- (viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do descumprimento.
- (b) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas, pelo menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e públicas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos

R. E. J.





- negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (j) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
 - (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
 - (m) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
 - (n) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
 - (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
 - (p) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão desde que sejam de responsabilidade da Emissora;
 - (q) efetuar o pagamento de todas as despesas previamente aprovadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

R.





- (r) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
 - (s) observar os limites de emissão prescritos na alínea "a", do Parágrafo Primeiro, do artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
 - (t) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (u) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358;
 - (v) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - (w) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (x) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
 - (y) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
 - (z) manter os documentos mencionados na alínea (w) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos.
- 5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (q) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios colaboradores, para suas viagens e hospedagem;
- (d) despesas, previamente aprovadas pela Emissora, com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.





6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("**Instrução CVM 28**");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na alínea "a", do Parágrafo Primeiro, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (k) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das garantias descritas no item 4.16, bem como sua suficiência e exequibilidade.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

R

l





6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) Parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia após a integralização da capitalização das Debêntures, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subseqüentes;
- (b) As parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em Lei, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados pro-rata dia se necessário;
- (c) A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na escritura, como configuradores de vencimento antecipado; e
- (d) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS, COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

R.

JL





- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMAT, bem como nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

RA

SP



Handwritten signature.



- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - i. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - j. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures; e
 - k. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede do Coordenador Líder.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, observado os respectivos prazos de cura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos na aliena "a", do Parágrafo Primeiro, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) verificar a manutenção dos Índices Financeiros, após o recebimento dos relatórios mencionados nos itens 5.1. (a) (i) e (ii), podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e
- (t) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação; e
- (u) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:



- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures;
- (d) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13 acima. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata tempore*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures de cada Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures da respectiva Série.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

Handwritten signature

Handwritten signature





7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação da respectiva série, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures da respectiva Série em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures da respectiva Série, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem pelo menos a maioria simples das Debêntures em Circulação da respectiva Série presentes nas Assembleias Gerais.

7.11. As alterações relativas às características das Debêntures de uma Série específica, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias; (vi) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 acima, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Sétima dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.12. As deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as Séries, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador;

R.

l





(ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos a maioria simples das Debêntures em Circulação de cada Série, presentes na Assembleia Geral.

7.13. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades

R.

8



8



estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP e do IPCA, divulgado pelo IBGE, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé.
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

R!

l



f

8.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (b) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo a Fiança, constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constitui, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de Debenturistas em geral;
- (c) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da Fiança foram devidamente autorizada por seu Conselho de Administração e não infringi: (i) seu estatuto social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;
- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão e da Fiança, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da presente Escritura de Emissão na JUCEMAT e nos Cartório de Registro de Títulos e Documentos competentes e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na Data de Liquidação;
- (e) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos qual a Garantidora é parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão, na condição de Garantidora, têm poderes para assumir, em nome de cada da Garantidora, as obrigações ora



R!

de



de

estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



- (h) as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, representam corretamente a posição financeira da Garantidora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (i) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
- (j) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os titulares das Debêntures e a Garantidora; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;
- (k) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;
- (l) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Garantidora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (m) que seja do conhecimento da Garantidora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (n) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (o) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e do IPCA, divulgado pelo IBGE, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

[Handwritten initials]



9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

Rua Avenida Paulista, 2439 – 12º andar

São Paulo – SP

At.: Carmem Campos Pereira

Telefone: (11) 3066.2023

Fac-símile: (11) 3060.9568

Correio Eletrônico: Carmem.pereira@redenergia.com



Para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 717, 6º e 10º andares

São Paulo, SP

At.: Gregoli Tasso

Telefone: (11) 3048-9915

Fac-símile: (11) 3048-9910

Correio Eletrônico: gregoli@slw.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco - SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3864.7911 /

Fac-símile: (11) 3684-2852

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.Br ou 4010.custodiarf@bradesco.com.br ou 4010.tomo@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de

R.

l



f

qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.



Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou da Garantidora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

[Handwritten signatures and stamps]



E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 22 de abril de 2010.

[Handwritten signatures]



Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Treze Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A. - CEMAT

Nome:

Cargo:

Carmem Campos Pereira
Diretora Presidente

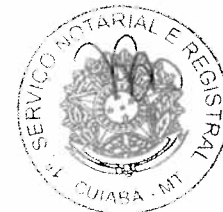
Nome:

Cargo:

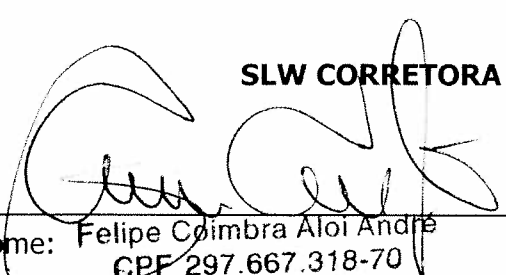
Alexei Macorin Vivan
Procurador

21.

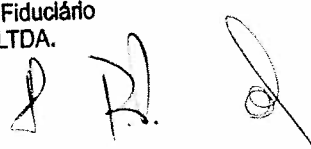
Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Treze Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT



SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.


Nome: Felipe Coimbra Aloi André
CPF 297.667.318-70
Cargo: DIRECTOR


Nome: Gregoli Pedroso Tasso
Cargo: Depto. Agente Fiduciário
SLWCVC LTDA.

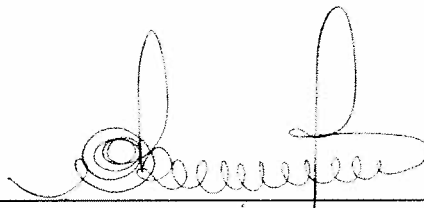




Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Treze Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT



REDE ENERGIA S.A.



Nome: Carmem Campos Pereira
Cargo: Diretora Presidente



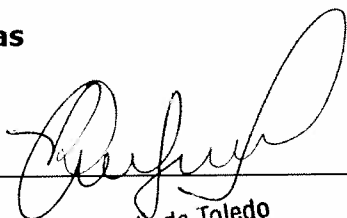
Nome: Ricardo Perpetuo
Cargo: Diretor




Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Treze Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT



Testemunhas

1. 
Nome: Roselene Maria de Toledo
CPF: RG 9.094.534-7
RG: CPF 956.463.108-49

2. 
Nome: EDUARDO SILVA DE BRITO
CPF: 219.436.748-92
RG: 28.991.666-5



PRIVATIVO DE REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Av. Getúlio Vargas, 141 - Cuiabá/MT - Fone: (0xx65) 3052-8609 - Fax: (0xx65) 3052-8054
Tabela/Registradora: Glória Alice Ferreira Bertoli
www.primeirooficio.com.br - e-mail: registro@primeirooficio.com.br

TÍTULOS E DOCUMENTOS - O.S. 209817

CERTIDÃO

Certifico que esta Escritura de Emissão de Debêntures é o Anexo 1(a) mencionado no Contrato registrado sob o nr. 342.130, nesta data.

CUIABÁ - MT, 28/abril, 2010

Em testemunha da verdade

Renil Aparecida dos Santos

